

Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA

Carolina Vaz Santos

**A construção da imagem do movimento estudantil  
de 1968 pela revista Veja**

Varginha-MG  
2021

Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA

Carolina Vaz Santos

## **A construção da imagem do movimento estudantil de 1968 pela revista Veja**

Trabalho de conclusão de Piepex apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia.

Orientadora: Carla Leila Oliveira Campos

Varginha-MG  
2021

Carolina Vaz Santos

**A construção da imagem do movimento estudantil de 1968 pela  
revista Veja**

**Banca Examinadora:**

Profa. Dra. Carla Leila Oliveira Campos  
Orientadora

Prof. Dr. Adílio Renê Almeida Miranda  
Avaliador

Prof. Dr. Dimitri Augusto da Cunha Toledo  
Avaliador

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é analisar a construção da imagem do movimento estudantil de 1968 pela revista Veja. Para tanto, utilizaremos o quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso Crítica (ADC), conforme proposto nos trabalhos de Norman Fairclough, John B. Thompson e Ruth Wodak entre outros, a fim de compreender como os discursos reproduzem as relações de poder e hegemonia presentes na estrutura social. Para análise dos textos das reportagens, adotaremos as categorias de análise de Theo Van Leeuwen (1996). Além disso, para compreender melhor a atuação do movimento estudantil, revisitamos a história e contexto político e social em que a UNE se insere. Em nossa análise, verificamos que a forma a revista Veja constrói uma imagem do movimento estudantil associada ao pensamento conservador da época, reproduzindo imaginários comuns à época.

**Palavras-chave:** Movimento estudantil, imagem, discurso.

## **SUMÁRIO**

1. Introdução	5
2. Contexto e atuação do movimento estudantil de 1964 a 1985	7
3. Quadro teórico metodológico da análise do discurso crítica (ADC)	15
4. Plano discursivo das narrativas: analisando trechos das reportagens da luta dos estudantes	24
5. Considerações finais	34
6. Referências	35

## 1. INTRODUÇÃO

Em meados de 1968 os brasileiros viviam um dos períodos de maior efervescência da ditadura militar, que já se iniciara há 4 anos. Essa época foi marcada por um grande contingente de jovens que ocuparam as ruas de diversas cidades do país protestando contra a corrupção, falhas no sistema educacional e principalmente a favor da volta da democracia. Não há dúvidas que o movimento estudantil marcou a história do Brasil de forma singular.

Observando o olhar das mídias sobre o movimento estudantil no período de regime militar é visível que este ganhou grande repercussão. Era comum na época, chocar-se com jornais e revistas estamparem as lutas dos jovens, não sendo difícil deste tema ganhar a capa de importantes revistas e periódicos de sucesso.

A revista *Veja*, recém-lançada na época, dedicou à luta dos estudantes interessantes reportagens. Segundo Villalta (1980) baseada no jornalismo estrangeiro, a revista *Veja* foi lançada nos moldes da *Time* americana. O audacioso projeto tinha como objetivo atingir um público mais “elitizado” e menos conservador. Com sua fotografia bem elaborada e assuntos polêmicos, a revista revolucionou os periódicos da época chamando atenção do público com suas manchetes coloridas e chamativas, dando visibilidade para grupos até então silenciados pela mídia.

Assim, este trabalho tem o objetivo de entender como a construção da imagem do movimento estudantil de 1968 pela revista *Veja* é feito, e como isso contribui para a criação da imagem desses grupos no imaginário dos leitores. Para entender este processo de construção da imagem dos sujeitos e suas relações de poder, será utilizado a Análise do Discurso Crítica (ADC) que se distingue de outras abordagens, principalmente pelo seu trânsito multidisciplinar.

Com base na vertente teórico-metodológica da ADC, que aborda o estudo das linguagens nas sociedades contemporâneas, temos que a análise de discurso crítica provém base científica para questionamentos críticos da vida social em termos políticos e morais, ou seja, de justiça social e de poder. Para entender como essa abordagem comunica-se com o objeto de estudo deste trabalho, citado acima, obra de autores como: Norman Fairclough, Theo Van Leeuwen e Ruth Wodak, Michel Foucault entre e outros foram utilizadas, no presente artigo.

Comporão nosso *corpus*, as seguintes reportagens lançadas pela revista

Veja: “A batalha dos Estudantes”, publicada em 9 de outubro de 1968, “Ainda um grito”, que marcou a sétima edição da revista, e a matéria de capa “TODOS PRESOS, assim acabou o congresso da ex-UNE”, uma de suas matérias mais emblemáticas do período do regime militar, publicada em 16 de outubro de 1968. Procuramos com essas reportagens analisar, via categorias de análise de Theo Van Leeuwen (1996), como os grupos sociais envolvidos nos protestos por educação e democracia em meados de 1968 são representados nas narrativas midiáticas e como essa representação contribui para a credibilidade da luta dos estudantes, e, por conseguinte, para o questionamento dos grupos que detêm o poder.

Assim como coloca Bajoit (2006), o grande poder-influência que a mídia concentra permite que esta produza e faça circular material simbólico, sendo assim inegável a capacidade que os textos possuem de moldar e modificar convicções, formando opiniões sobre fatos e os sujeitos neles envolvidos, permitindo, se necessário, mais consonância social.

A seguinte seção apresenta uma contextualização política e social acerca do movimento estudantil de 1964 a 1985, a terceira seção trabalha o quadro metodológico da Análise do Discurso Crítica (ADC) e por fim, o quarto fragmento analisa os trechos das reportagens publicadas pela revista Veja que tratavam da luta dos estudantes.

## 2. CONTEXTO E ATUAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE 1964 A 1985

O movimento estudantil teve um papel importante no cenário brasileiro entre 1964 e 1984, no âmbito político, social, econômico e principalmente educacional onde os envolvidos no movimento lutaram contra as arbitrariedades da ditadura militar. “Sua ação reivindicatória e seu posicionamento político perante o Estado durante a ditadura militar neste país foram cristalizados no imaginário social [...]” (MORAES FREIRE, 2008, p.15).

Em 1961 a instabilidade política era grande, e mudanças já estavam sendo sinalizadas “a renúncia de Jânio Quadros soou como uma bomba para todos os brasileiros.” (SANTANA, 2007, p.18). Neste ano iniciou-se uma queda de braço pela sucessão de Jânio Quadros, na qual havia a União Democrática Nacional (UDN) junto com os militares articulando para que o vice João Goulart, não assumisse o cargo, com a justificativa que este representava o risco da ascensão comunista no país. Do outro lado, composta pelo Partido do Trabalhador Brasileiro (PTB), Ordem dos Advogados Brasileiros (OAB), Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e pela União Nacional dos Estudantes (UNE) formou-se a “Campanha da Legalidade”, defendendo o direito constitucional de Goulart exercer a presidência.

Segundo Mendes Júnior (1981), o apoio da UNE ficou evidente no depoimento de Aldo Arantes, na época presidente do movimento, que foi publicado no jornal *O Metropolitano*. O posicionamento dos estudantes a favor de Jango desagradou o governador do Rio de Janeiro que com um mandato policial quis fechar a sede da UNE, o que não intimidou os estudantes que se manifestaram.

A UNE decretou greve geral em repúdio ao golpe... e desloca sua diretoria para o Rio Grande do Sul, de onde, durante esse período de resistência, se dirige aos estudantes através da rede de legalidade, que era uma cadeia de rádio que, em certo sentido, comandava e dirigia politicamente a resistência democrática contra o golpe. O movimento estudantil, concretamente, ouvia as orientações da UNE através dessa rede. No Rio Grande do Sul, de forma mais destacada, chegaram a ser formados contingentes que se preparavam para eventualidades de uma resistência armada. O clima era de possibilidade de guerra civil no país. (MENDES JÚNIOR, 1981 p. 64).

De acordo com o historiador João Roberto Martins Filho (2007), “no começo dos anos 60 uma politização até então desconhecida tomava conta do meio universitário”, isso porque os estudantes se mostravam insatisfeitos, se posicionando de maneira inquietante diante do contexto político brasileiro.



Em relação ao posicionamento político dos estudantes, Santana (2007) coloca que “já era perceptível a hegemonia de estudantes socialistas e comunistas no movimento.

Também era nítida, a partir de 1961, a influência da Ação Popular (AP) no meio estudantil [...]”. Mesmo com essa hegemonia, o movimento estudantil nunca deixou de realizar manifestações e nem teve sua atuação inviabilizada. Um ano antes do golpe do governo Jango, a UNE já realizava seminários como método de trabalho para definição de seu projeto de atuação.

Esses seminários tinham como foco definir uma reforma universitária, caracterizando a universidade brasileira como um espaço que refletia a discriminação socioeconômica, sendo um local de elites privilegiadas, mostrando a dualidade de um país capitalista em desenvolvimento, com uma estrutura social agrária “[...] os representantes de vários estados traíam suas sugestões, problemas e críticas sobre os mais importantes assuntos relacionados ao meio universitário [...]” (MENDES JR., 1982, p. 63). A reforma universitária deveria trazer uma democratização do ensino, autonomia das universidades, abertura das universidades ao público e reformas no formato administrativo entre outras mudanças.

O primeiro seminário ocorreu em Salvador, na Bahia, em maio de 1960. Dele, resultou a “Declaração da Bahia”, documento que foi o primeiro dos importantes textos programáticos do movimento estudantil brasileiro na Quarta República [...] Nas primeiras palavras deste documento, já se podia notar a tendência da UNE a aprofundar sua visão crítica da universidade brasileira. (SANTANA, 2007, p.26)

O primeiro ministro se colocava claramente contrário às ideias defendidas, restringindo o movimento popular e apreendendo a literatura considerada subversiva. Já o presidente demonstrava um caráter conciliatório, porém imprevisível. Essa postura inconstante do presidente não desanimou os estudantes que viviam intensamente o ápice da efervescência política, cultural e social desse período. (SANTANA, 2007).

No dia 1 de abril de 1964, iniciou-se o período de 21 anos de ditadura no Brasil, que deixou marcas não só nas instituições, mas principalmente no povo, com as medidas tomadas para garantir a ordem.

Segundo Santana (2007), a primeira medida tomada pelos golpistas após a vitória foi permitir o acesso do presidente a toda estrutura administrativa do poder

executivo. Com o AI-1 as eleições para presidente passaram a ser realizadas pelos membros do Congresso, além disso, com essa medida era possível cassar mandatos de políticos da oposição e os partidos foram colocados na ilegalidade, principalmente a UNE.

De acordo com Oliveira (2016), como o movimento estudantil já tinha assumido uma posição contrária à tomada de poder por um golpe militar, esse grupo passou a sofrer diversos ataques do governo, tendo suas verbas oficiais cortadas pela Câmara. O novo governo não aceitava e não dava espaço às ideias e ideologias que a UNE pregava, perseguindo estudantes e simpatizantes do movimento.

Castelo Branco assumiu no dia 15 de abril, com um governo teoricamente provisório, porém seu mandato foi prorrogado pelo Congresso Nacional sem que eleições presidenciais fossem realizadas. Era possível notar em seu discurso o “desejo” de se manter indefinidamente no poder, tendo como argumento a necessidade de combater o perigo comunista que rondava o país. O que percebe-se no seguinte trecho de seu discurso de posse:

Defenderei e cumprirei com honra e lealdade a Constituição do Brasil. Cumprirei e defenderei com determinação, pois serei escravo das leis do País e permanecerei em vigília para que todos as observem com exatidão e zelo. Meu governo será o das leis, o das tradições e princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira, o que vale dizer que será um governo firmemente voltado para o futuro, tanto é certo que um constante sentimento de progresso e aperfeiçoamento união, a integridade e a independência desta Pátria, dentro e fora dos limites territoriais. Serei o Presidente de todos eles e não o chefe de uma facção. (OLIVEIRA, 2016, p. 12).

O governo de Castelo Branco foi marcado por prisões, torturas, perseguições, já que foi adotada a “Operação Limpeza”, definida como “expressão utilizada por agentes do Estado e seus apoiadores para expressar a determinação de afastar do cenário público os adversários recém-derrotados - comunistas, socialistas, trabalhistas e nacionalistas de esquerda, entre outros.”(MOTTA,2014 p. 54), que tinha como objetivo eliminar aqueles que tivessem ideias consideradas subversivas. A operação não atingiu apenas civis, mas também os militares, principalmente aqueles que se colocaram contra o golpe.

De acordo com Santana (2007, p. 62), no primeiro mandato de Castello Branco, circulavam notícias que este queria extinguir a UNE e outras organizações estudantis. O ministro da educação Suplicy de Lacerda se pronunciou sugerindo a

suspensão temporária das eleições acadêmicas, além disso queria promulgar uma lei regulamentando as entidades estudantis, a Lei Suplicy de Lacerda. Todas essas medidas eram justificadas com o discurso anticomunista.

Aparentemente a real intenção da Lei Suplicy era que o movimento estudantil entrasse em extinção, visto que suas imposições tentavam impedir a participação dos estudantes na política e dos DAs (diretórios acadêmicos), destruindo a autonomia e representatividade das suas entidades em todos os níveis, transformando essa última em um apêndice do Ministério da Educação, tornando assim, as entidades estudantis dependentes de verbas do MEC.

Diante da Lei Suplicy, os estudantes se dividiram. Uma corrente era favorável à participação nos “DAs oficiais” mantendo-se ou não entidades “livres” paralelas. Outros defendiam o boicote aos “DAs oficiais”, anulando seus votos nas eleições obrigatórias. Esta última posição prevaleceu, fazendo com que após a contenção política iniciada pela promulgação do Ato Institucional nº 5, o Decreto Aragão, sucessor da Lei Suplicy, fosse aplicado com mais intensidade. Assim, no início de 1970, poucos eram os estabelecimentos de ensino superior onde existiam diretórios acadêmicos, “oficiais” ou “livres”. Foi só a partir de 1973 que os estudantes começaram a organizar entidades “livres” que vingaram, instituindo o voto direto para os DCEs e fazendo as entidades “oficiais” saírem dos limites da Lei Suplicy.  
(OLIVEIRA, 2016, p. 67)

Em 1965 foi convocado pela UNE o Conselho Nacional dos Estudantes, a fim de eleger um presidente com mandato provisório. O estudante eleito apresentava tendências trabalhistas e ideias progressistas, o que colidia com a recém aprovada Lei Suplicy. Segundo Oliveira (2006), nesse momento, qualquer ação do regime poderia gerar uma mobilização, essa reação dos estudantes era fruto da falta de diálogo do governo com as lideranças estudantis.

No cenário de instabilidade política, o governo tinha dois caminhos possíveis: alterar a política econômica, promovendo também uma liberalização ou endurecer suas medidas, com mais repressão à oposição. Costa e Silva seguiu o caminho da repressão, radicalizando, ainda a mais, o autoritarismo instalado em 1964.

“Assim na noite de 13 de dezembro, depois de sucessivas reuniões, foi decretado o Ato Institucional nº 5 [...]” (SANTANA, 2007, p. 115), por meio do qual o presidente, orientado pelo Conselho de Segurança Nacional, fechou o Congresso Nacional, as Assembleias e a Câmara dos Vereadores. Além disso, decretou intervenção federal em muitos municípios, impôs censura à imprensa, suspendeu a garantia de *habeas corpus* no caso de crimes políticos entre outras medidas que promoveriam o fechamento do regime.

Além do auge da tortura e repressão, os brasileiros viveram a implementação prática da frase “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”, já que o modelo econômico iniciado no governo Castello, começava a dar resultados, conhecido como “milagre econômico”.

O milagre econômico ocorreu graças à política governamental de incentivo ao investimento estrangeiro, as políticas adotadas naquele período que foram de incentivo fiscal, isenção de impostos para investimentos em regiões consideradas importantes para desenvolvimento nacional. “A equipe econômica, chefiada pelo ministro do Planejamento Delfim Netto, defende a ideia que era preciso, primeiramente, aumentar o tamanho do “bolo”, para, em seguida distribuir, ou seja, era necessário conquistar o crescimento econômico para, depois, distribuir a renda.”(SANTANA, 2007 p. 120).

Apesar de o período ser conhecido como milagre econômico, apenas a classe alta e média conseguiram ampliar a sua parte do “bolo”, o que não ocorreu com os trabalhadores que passaram por um período de “arrocho salarial”, tendo o seu poder aquisitivo reduzido ao longo dos anos.

Com o objetivo de omitir os efeitos negativos do modelo de desenvolvimento econômico e principalmente das medidas tomadas frente à população, “Médici passou a estimular o ufanismo nacional.” (SANTANA, 2007, p. 121). Através da propaganda política oficial, eram destacadas as maravilhas do “milagre econômico” e do “Brasil Potência”, “Brasil Grande”. Assim, conquistas como o tricampeonato de futebol na Copa de 1970, serviram não apenas de “pão e circo”, mas também de propagação da imagem de que o destino do país era se tornar uma grande potência.

Ventura (2005) afirma que, desde 1968, os meios de comunicação sofreram os impactos da ditadura militar, sendo duramente censurados. Nos jornais havia censores da polícia federal, para que nenhuma notícia que desagradasse o governo fosse veiculada. Muitas vezes a imprensa se limitava a emitir notas oficiais do governo, que nem sempre eram verdadeiras. Era comum encontrar páginas de jornais feitas pelo órgão de repressão, para os assassinatos de indivíduos que haviam sido presos e torturados pelo regime. Jornais e revistas como a Veja que surgiram naquele período tiveram verbas cortadas, e algumas foram colocadas na ilegalidade.

Uma simples palavra ou imagem podia ser retirada caso remetesse a uma vaga lembrança de propaganda comunista. Era comum, inclusive, encontrar receita de bolo no jornal, no lugar de uma reportagem que havia sido

censurada. Sem contar o descompasso entre a tiragem dos jornais e o número de leitores. (VENTURA, 2005, p. 105).

OS eventos consagrados no notório “maio de 1968” têm lugar destacado nos estudos em ciências sociais, já que ficou internacionalmente conhecido por ter sido um período de efervescência social que se iniciou a partir de protestos estudantis em Paris. Esses protestos alastraram-se pelo país e chegaram a abalar a ordem da Quinta República Francesa, consolidando toda uma etapa de construções teóricas nas quais se passou a questionar a validade das interpretações das lutas sociais centradas nas classes sociais (FERREIRA, 2008).

Ainda de acordo com Ferreira (2008), devemos sublinhar a crítica radical que é feita ao Estado e ao capitalismo, pelos protestos, não esquecendo aquela que é feita também ao socialismo que perdurava como modelo societal hegemônico na URSS e na China. Nesse sentido, a crítica à atividade improdutiva, repressiva e burocrática do Estado a partir das suas múltiplas funções, estruturas e instituições era acompanhada pela crítica da escravidão salarial que foi exercida pelo capitalismo sobre as massas trabalhadoras. Partindo dessa perspectiva, segundo os manifestantes, não havia qualquer espaço para mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais envolvendo reformas ou processos reivindicativos para manutenção do Estado e do capitalismo.

Nos anos de 1967 e 1968, os protestos no campo das artes explodiram, com novas formas, cores, sons e imagens, extremamente influenciados pelos maíos de 68, na França. O tropicalismo liderado por Caetano Veloso e Gilberto Gil e outras personalidades, foi um movimento musical marcante do período, além disso no cinema tivemos Glauber Rocha, Hélio Oiticica nas pinturas entre outros artistas que tinham a intenção de chocar, através da exuberância formal. Não houve uma queda na produção artística, mas sim um recesso criativo embasado no tema da autolamentação (VENTURA, 2005).

Mesmo após a reforma das universidades em 1968, estas continuaram a ser controladas pelo regime, um ano depois o governo baixou um Decreto-Lei, elaborado pelo Conselho de Segurança Nacional, o objetivo era silenciar não só estudantes, mas professores e funcionários. Assim protestos, greves, passeatas e comícios ficaram proibidos em escolas e universidades, com pena de demissão e proibição de matrícula em outro estabelecimento de ensino.

Para o regime, esse dispositivo era imprescindível para que se pudesse criar condições favoráveis para colocar em prática medidas propostas pela Reforma Universitária, ou seja, foi necessário para deixar o caminho livre da contestação dos docentes e estudantes. Houve até universidades que incluí a maior parte dos dispositivos do Decreto 477 em seus status. (SANTANA, 2007, p.129)

A UNE também procurou resistir à repressão do sistema, de forma clandestina e extremamente precária. No ano de 1969, a União dos Estudantes estava sem presidente, já que sua diretoria havia sido presa, logo a entidade começou a organizar minicongressos regionais, na tentativa de eleger uma nova diretoria. Para Santana (2007), o intuito da UNE era mostrar ao regime que apesar das perseguições e da repressão a entidade e o próprio movimento estudantil continuavam atuando e lutando por suas causas.

Em 15 de março de 1974 o general Ernesto Geisel assumiu a presidência. Delgado (2007) define que o presidente tinha quatro objetivos: a manutenção do apoio militar majoritário, reduzindo o poder da linha dura e restabelecendo o caráter profissional dos membros das Forças Armadas, a promoção da volta da democracia por processo seguro, lenta e gradual e promover o crescimento econômico.

A partir de 1977, iniciou-se uma mudança no panorama político brasileiro, marcado pelo aumento das lutas populares, o surgimento de um novo movimento sindical e importantes movimentos grevistas e de anistia que ficaram marcados na história.

A anistia, segundo Costa (2003, p. 259), pode ser considerada uma grande mobilização da sociedade civil, luta que se iniciou em 1978, por iniciativa do Movimento Feminista, ganhando a adesão de diversos movimentos como: OAB, Associação Brasileira de Imprensa e a UNE.

Essa conjuntura política desencadeou as propostas de eleições diretas em 1984, os momentos anteriores à sucessão presidencial foram marcados por muita incerteza e imprevisibilidade, já que os opositores começaram um movimento para extinção do colégio eleitoral. Para Santana (2007), essas situações demonstravam que o governo perdia as rédeas da sucessão presidencial.

Na verdade, a campanha pelas Diretas Já foi o maior movimento cívico-popular da história republicana do Brasil. O fervilhar das ruas traduziu uma forte simbiose entre bandeira política democrática e aspiração coletiva, que transformou o ano de 1984 em março da única campanha popular brasileira que, segundo Ronaldo Costa Couto, nasceu no Parlamento.

Campanha ampliada pela ação de partidos políticos e de diferentes segmentos e organizações da sociedade civil. (DELGADO, 2007, p. 413).

“O movimento estudantil voltou à cena pública entre 1975 e 1980, tendo seu ápice em 1977 [...]” (CAVALARI, 1987, p.209) anos em que o movimento estudantil ficou mais forte e organizado. Em São Paulo surgiram várias correntes estudantis, com um objetivo em comum, a luta pela derrubada da ditadura e o retorno da liberdade democrática, anistia e a Assembleia Nacional Constituinte, divergindo apenas na forma de conduzir o movimento estudantil.

De acordo com Santana (2007, p. 206), uma das principais ações em relação à educação durante os 20 anos de regime militar, foi conter o crescimento das universidades públicas, gerando um aumento pela busca do ensino superior, que teve um incremento vertiginoso nesse período. A expansão da educação privada contava com o apoio indireto dos detentores do poder e principalmente do Conselho Federal de Educação, que concedia credenciamentos e autorizações para o funcionamento dessas instituições. Esse período foi marcado também pelo sucateamento das Universidades públicas, que tiveram grandes cortes de verbas, sofrendo pela falta de infraestrutura.

Quando realizamos um balanço do regime em relação à educação e o movimento percebe-se que a partir de 1964 técnicas de repressão e terror psicológico do regime militar, modificaram não só a estrutura do movimento, mas também o seu objetivo de luta que passou a não ser somente pela educação, como também pela democracia, sendo um movimento de muita voz e impacto durante do período de regime militar.

A fim de entender a forma como o movimento estudantil foi representado pela narrativa midiática da revista *Veja* e como isso contribuiu para a criação da imagem desse grupo no imaginário dos leitores, na próxima seção deste trabalho será feita uma breve explicação do quadro teórico da (ADC), buscando compreender a contribuição do discurso das narrativas midiáticas a construção da imagem desse grupo.

### 3. QUADRO TEÓRICO METODOLÓGICO DA ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA (ADC)

Como afirmado anteriormente, o presente trabalho se inscreve no campo da Análise de Discurso Crítica (ADC).

Hoje, os indivíduos que trabalham em uma variedade de disciplinas começam a reconhecer os modos como as mudanças no uso linguístico estão ligados a processos culturais reais amplos e, conseqüentemente, a considerar a importância do uso da análise linguística como um método para estudar a mudança social. (FAIRCLOUGH, 2001, p.11).

A ADC teve seus primeiros esboços na década de 60, quando a perspectiva estruturalista da linguagem, que tratava a língua como um conjunto de elementos inter-relacionados e coesos que funcionam a partir de regras, passou a ser questionada pelos estudiosos.

O termo Critical Discourse Analysis, traduzido no Brasil tanto como Análise Crítica do Discurso, quanto Análise de Discurso Crítica, embora tenha sido primeiramente utilizado em 1985 por Norman Fairclough no Journal of Pragmatics, passou a ser considerado como linha de pesquisa somente após a publicação da revista Discourse and Society, por Van Dijk, em 1990. (GUIMARÃES, 2012, p.439).

A Análise do Discurso Crítica se consolidou apenas na década de 90, sendo desenvolvida por linguistas liderados como Norman Fairclough, Ruth Wodak, Teun van Dijk e outros. “Desta forma, a ADC é composta por teorias heterogêneas. A diversidade de abordagens a constituírem a ADC se explicita no teor dos trabalhos de cada analista.” (GUIMARÃES, 2012, p. 439).

A Análise do Discurso Crítica se caracteriza por ser um campo inter e transdisciplinar, ou seja, a linguagem não se restringe ao seu conteúdo disciplinar, mas dialoga com todos os campos do saber. A ADC busca “[...] investigar a linguagem em uso, situando-a em um contexto específico, bem como os resultados dessas ações e dos discursos que sustentam e moldam as práticas.” (BATISTA JR; SATO; MELO, 2018, p. 8).

O que orienta a ADC é a ideia de que a linguagem é constituída por práticas sociais, que revelam a manutenção das relações de abuso de poder, além disso a ADC estuda a importância da linguagem como agente de manutenção e mudança das relações sociais de poder e de que maneira é possível elevar a consciência de que a linguagem contribui para a dominação de um indivíduo sobre o outro, o que



permite uma futura emancipação dessa relação, segundo Batista (2018).

A ADC procura superar os limites da linguística estrutural, propondo o estudo da linguagem e articulação em três níveis: nível linguístico, discursivo e ideológico cultural. O linguista Fairclough (2001) direcionando seus estudos às dimensões discursivas da mudança social, propôs a Teoria Social do Discurso, na qual é apresentada uma concepção de linguagem e um quadro analítico construídos a partir do conceito de prática social.

Essa concepção da língua parte do ponto de vista de que a linguagem não se trata apenas de uma forma de representação do mundo, mas também de ação sobre o mundo e sobre o outro. Dentro de sua proposta teórica, o autor acredita que o discurso pode ser visto em três dimensões: prática linguística, prática discursiva e prática social. O termo “discurso” segundo Fairclough (2001, p.90) deve ser entendido, como:

O uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação.

A prática discursiva é o uso da linguagem envolvendo processos de produção, distribuição e consumo dos textos, que estão relacionados a ambientes políticos, econômicos e institucionais. A natureza da prática discursiva varia entre os diferentes tipos de discurso e de acordo com os fatores sociais circundados, sendo mediadora entre os textos e as práticas sociais.

Quando falamos da terceira dimensão que entende o discurso como prática social, ou seja, os aspectos ideológicos e hegemônicos na instância discursiva analisada. Fairclough (2001) coloca o conceito de discurso ao qual se relacionam “ideologia” e “poder”, localizando o discurso numa perspectiva de poder como “hegemonia” e de evolução das relações de poder como luta hegemônica. As orientações da prática social são observadas já que podem ter orientações e motivações econômicas, políticas, ideológicas e culturais, procurando investigar como os textos se inserem em focos de lutas hegemônicas, colaborando na articulação, desarticulação e rearticulação de ideologias. O método tridimensional de análise de discurso se presta a fazer uma interpretação das relações entre os processos sociais e os processos discursivos. As três dimensões de análise do

discurso têm a finalidade teórica voltada para o lado social da linguagem, com todas as implicações políticas que podem fazer da língua uma arma ideológica. Foucault (1980), aborda como o poder é organizado como uma rede, na qual os sujeitos são “alvos que consentem” e podem ser ao mesmo tempo, “elementos de sua articulação”. O filósofo busca maneiras de explicitar essas manifestações de poder, e coloca que estas aparecem nas escolas, prisões e hospitais. Além disso, Foucault considera que o poder não é apenas uma estratégia dependente, pois “[...] não há relação de poder sem resistência.” (1980, p. 142)

Wodak (2001, p. 2) coloca que a dimensão crítica relaciona a ADC com uma preocupação clara com o exercício de poder nas relações sociais, o que inclui as relações de raça, etnia, gênero e classe social. Hoje a ADC se refere a abordagem da linguística adotada pelos especialistas que tomam o texto como unidade básica do discurso e da comunicação e que se preocupam com a análise das relações de luta e conflito social.

No livro *Discurso e mudança social*, Norman Fairclough (2001), afirma que o conceito de discurso deve ser discutido em sua relação com a ideologia e “em uma concepção de poder como hegemonia e em uma concepção da evolução das relações de poder como luta hegemônica.” O linguista entende que as ideologias são construções da realidade, constituídas de formas e sentidos das práticas discursivas que contribuem para “[...] produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação”.

Norman Fairclough (2001) afirma ainda que a ideologia trabalha a linguagem em variados níveis e de várias maneiras, não havendo nenhuma que parece totalmente satisfatória, mas aquelas que se adequam melhor às situações. A “ideologia” está localizada tanto nas estruturas (isto é, ordens de discurso) que constituem o resultado de eventos passados como nas condições, para os eventos atuais e nos próprios eventos quando reproduzem e transformam as estruturas condicionadoras.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 119)

Thompson (1984), coloca que determinados usos da linguagem e de outras “formas simbólicas” são ideológicos. Logo servem em situações específicas para estabelecer ou manter as relações de poder. As ideologias quando introduzidas nas práticas discursivas se tornam extremamente eficazes, quando são naturalizadas e atingem a condição de “senso comum”.

Quando relacionamos as relações de poder e ideologia com as práticas discursivas, a hegemonia se torna peça-chave nessa relação. Segundo Fairclough

(2001, p. 122),

Hegemonia é a liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um equilíbrio instável.

Fairclough (2001), acredita que o conceito de hegemonia permite analisar a prática social a qual pertence o discurso em termos de relação de poder, ou seja, como essas relações se reproduzem.

As práticas discursivas são utilizadas a fim de transformar o poder e as ideologias hegemônicas, estabelecendo uma liderança. A tentativa de instituir uma hegemonia de poder aparece muito em discursos políticos, onde a “rearticulação discursiva materializa um projeto hegemônico para a constituição de uma nova base e agenda política, que é uma faceta do projeto político mais amplo de reestruturação da hegemonia do bloco.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 124).

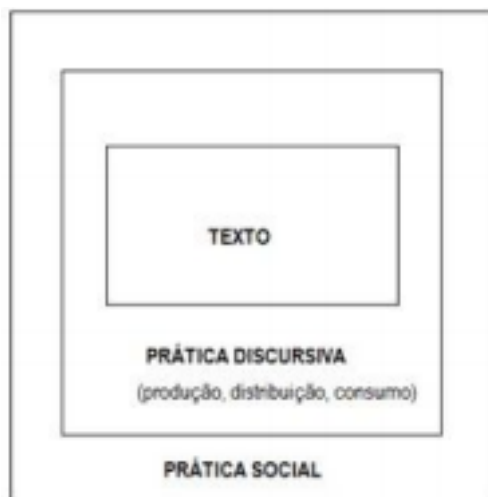
Blommaert e Bulcaen (2000), dizem que a relação entre igualdade e poder é certamente objeto de análise da ADC. A narrativa da história de um grupo reproduz traços de relações passadas entre hegemônismo político, ideológico, cognitivo e econômico. Assim a variedade linguística está ligada às hierarquias de poder, e a identidade de grupos dominantes “[...] este trabalho enquadra a história da linguagem na sociedade em termos materiais e a tendência de misturar observações políticas e sociais em grande escala com análises detalhadas de práticas linguísticas-comunicativas.” (BLOMMAERT; BULCAEN, 2000, p. 458).

Na dimensão da prática linguística, o discurso é abordado enquanto texto, ou seja, a linguagem característica e organização de instâncias concretas do discurso, escolhas e padrões no vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. O estudo do vocabulário trata das palavras individuais e processos como: neologismos, lexicalização entre outros. A gramática trata das palavras combinadas em frases. A coesão realiza a ligação entre as frases, através de mecanismos de referência, palavras de mesmo campo semântico e conjunções. A estrutura textual refere-se às propriedades organizacionais do texto, às maneiras e à ordem em que elementos são combinados.

Fairclough (2001) acredita que o discurso é simultaneamente um texto linguístico, oral ou escrito, uma prática discursiva, ou seja, produção e interpretação de texto e uma prática sociocultural. Assim esboça uma estrutura tridimensional

para conceber e analisar o discurso.

Figura 1- Concepção tridimensional do discurso em Fairclough



Fonte: Fairclough (2001)

Para este trabalho, especificamente, serão utilizadas as categorias de análise narrativa fundamentada na abordagem teórica de Theo Van Leeuwen (1996), que propõe que situações podem ser analisadas em termos de atores sociais. Assim transparecendo estruturas hierárquicas, relações de poder, ideologias e relações de hegemonia.

Para a análise serão usadas as categorias de representação dos atores sociais, propostas por Theo Van Leeuwen (1996) buscando entender como a atuação como os grupos sociais envolvidos no movimento estudantil são representados pela narrativa midiática da revista *Veja*, e como isso contribui para a criação a imagem desses grupos no imaginário dos leitores.

Van Leeuwen (1996) classifica o papel e representação dos atores sociais em dez categorias: exclusão, alocação de papéis, generalização e especificação, assimilação,

associação e dissociação, indeterminação e diferenciação, nomeação e categorização, funcionalização e identificação, personalização e impessoalização e sobredeterminação. Das dez categorias colocadas pelo autor, quatro foram identificadas nas reportagens: exclusão, alocação de papéis, generalização e especificação, funcionalização e identificação que serão explicadas em seguida.

### **a) Exclusão**

Dentro dos textos que abordam a Análise do Discurso Crítica é comum encontrar a exclusão ou inclusão de atores sociais, ou fatos ocorridos. A exclusão de fatos e personagens pode ter diversas motivações, na maioria das vezes essa técnica atende aos interesses de quem escreve ou de um grupo que deseja relatar algo de acordo com os seus interesses. Esse artifício é utilizado em alguns casos para manipular a opinião dos leitores.

A exclusão foi e ainda é um artifício muito utilizado na história pelos meios de comunicação, ao se excluir fatos ou personagens. Os acontecimentos tomaram formas distintas, que se distanciam da realidade. Essas versões “criadas” pela mídia influenciaram e ainda influenciam as pessoas e suas visões de mundo e pensamentos críticos. A exclusão pode aparecer em maior ou menor grau, sendo que na maioria das vezes aquilo que é omitido acaba em algum momento sendo revelado, segundo Theo Van Leeuwen (1996).

### **b) Alocação de papéis**

Segundo Van Leeuwen (1996) os papéis que os atores sociais desempenham é significativo, já que o fato de agirem como “agente” da ação ou “paciente” da ação está ligado à atuação que estes exercem.

A ADC tem a capacidade de definir como esses agentes serão enxergados, ou seja, a forma como atores sociais são alocados no texto acaba influenciando o entendimento do leitor, de quem é aquela figura, o que ela representa e qual o papel dela em determinada situação.

A mídia tem o poder de criar uma “imagem” para os atores sociais, que varia de acordo com os interesses da mesma, a fim de definir como será feita a leitura dessa figura pelo público.

### **c) Generalização e especificação**

A escolha do uso da generalização e especificação é um fator importante na representação dos atores sociais, ou seja, esses atores podem ser colocados como uma classe, grupo ou como indivíduos únicos, específicos e facilmente identificáveis.

Van Leeuwen (1996) coloca que ao se descrever um grupo ou classe, uma imagem é criada e formada no imaginário do espectador, o problema de se

generalizar quando falamos de um grupo é que muitas vezes as ações ou pensamentos de alguns integrantes são entendidos como gerais, o que nem sempre representa a realidade dos adjuntos. Ou seja, são da realidade em que as essências generalizadas constituem o real, e em que participantes específicos são 'espécimes' dessas classes não se diferenciando do grupo como indivíduos únicos.

#### **d) Funcionalização e identificação**

A funcionalização e identificação são grupos da categorização. A funcionalização aparece quando os atores sociais são reconhecidos em termo de suas atividades, ou seja, em termo de algo que executam, ou em relação a sua ocupação ou função, por exemplo, correspondente, dirigente, entrevistador de acordo com a definição de Van Leeuwen (1996).

A identificação ocorre quando os atores sociais são definidos não em relação ao que eles fazem, mas em relação ao que eles são, podem ser de três tipos: classificação, relacional ou física.

Identificar um ator social, em termo de suas atividades, é um recurso que pode ser utilizado a fim de demonstrar a superioridade de um grupo sobre o outro, já que em nossa sociedade posições de prestígio acabam tendo mais destaque dentro do aparato midiático.

Segundo Van Dijk (1995), a análise do discurso é um campo de pesquisa que apresenta uma abordagem multidisciplinar, e se interessa cada vez mais em tomar a mídia com objeto de análise. A combinação entre os estudos de análise do discurso e mídia enriquecem ambos os campos, já que são claramente complementares, em virtude de que ambas visam realizar produções sociais de sentido.

A abordagem multidisciplinar da Análise Crítica do Discurso se constitui em um domínio de estudo que examina as estruturas e funções textuais em seus contextos social, político e cultural. Aplicado ao estudo da comunicação de massa, esta abordagem afirma, segundo van Dijk (1995c), que, com o objetivo de compreender o papel da informação midiática e suas mensagens, é preciso estar atento às estruturas e estratégias desses discursos e à forma como elas se relacionam às regras institucionais, por um lado, e à audiência, por outro. (VAN DIJK 1995 *apud* CAMPOS, 2006).

As mídias têm papel crucial na modernidade tardia, já que são de interesse de grupos que lutam pelo poder político, econômico, social etc., argumento

defendido por Barbosa (2018). Assim, essas sociedades são elencadas na construção do consenso sociopolítico e democrático por meio do uso de mídias, contribuindo para a delegação de poder para aqueles que precisam lutar por uma melhor distribuição de poder e acesso a outros recursos midiáticos.

Barbosa (2018) salienta que as mídias têm interagido “para a produção do consenso social”, o que acaba por suggestionar os padrões culturais e a maneira de pensar, principalmente no ocidente. Voltando-se como um importante instrumento de controle social, principalmente quando citamos o fato de os discursos midiáticos serem restritos, se tornando um recurso de exclusão de dizeres.

Amplamente discutida por van Dijk, a questão do acesso ao discurso midiático se associa à distribuição do poder e da dominação nas sociedades atuais. Em artigo intitulado *Ideology and Discourse analysis* (2004), van Dijk afirma que a questão do poder está vinculada à relação entre grupos e instituições sociais, envolvendo o controle das práticas discursivas. O autor trabalha, desse modo, com uma concepção de poder como uma forma de controle social em que se atua sobre as representações de mundo, das práticas sociais e dos agentes envolvidos nessa prática. Nesse sentido, o poder da mídia não se restringe à sua influência sobre a audiência, mas também envolve seu papel, dentro da estrutura de poder social, cultural, política ou econômica. (VAN DIJK, 2004 *apud* CAMPOS, 2006).

A mídia com seu poder de estabelecer um consenso social, como comentado anteriormente, tem a plena capacidade de ser persuasiva, conseguindo assim influenciar a mente de parte de seus interlocutores. Esse processo acontece quando os espectadores aceitam as verdades colocadas na mídia como verdade absoluta, descartando a possibilidade de outras vertentes de pensamento, segundo Campos (2016).

Levando em consideração que o “controle da mente pela mídia é particularmente efetivo quando os usuários da mídia não percebem a natureza ou as implicações de semelhante controle e quando ele “mudam suas mentes” (Van Dijk, 1995c) por espontânea

vontade, como quando compreendem as reportagens midiáticas como verdades, ou as opiniões dos jornalistas como legítimas ou corretas.” Nota-se a relação com a compreensão discursiva, onde há diversas formas de manipular informações com o objetivo de esconder ou destacar fatos.

Campos (2016) ressalta que, artifícios como: fotografia, manchetes chamativas, repetição de termos e o papel dos interlocutores, determinam a forma como o público faz a leitura dos eventos. Outro recurso é a forma como os atores

sociais são identificados, essa categorização determina como o leitor constrói em seu imaginário aquele ator social. Esses recursos estratégicos são essenciais para o controle das opiniões, e ações socialmente divulgadas, a forma como são difundidas as notícias define a como serão compreendidas pelos receptores.

A linguagem hodierna utilizada na mídia se orienta em duas direções, segundo Fairclough (1995). A primeira se trata da tensão entre informação e entretenimento, já a segunda direção está centrada na tensão entre o público e o privado.

A construção da ideologia via mídia se liga ao fato do aparato midiático estar concentrado nas mãos de uma classe limitada, que tem tanto poder político quanto poder econômico. As relações de poder definem como será feita a construção e difusão de uma ideia, e quais ideias serão ouvidas e terão visibilidade dentro do aparato midiático.

A escrita midiática de um espaço geopolítico é também responsável por sua constituição através das categorias que se escolhe usar e das expressões selecionadas dentro de um repertório social legitimado. A informação jornalística é gerada no âmbito de sistemas de conhecimento (sistemas de referência), em contextos históricos e geográficos de relações de poder que interferem sobre modos institucionalizados de ver e ordenar espaços. (STEINBERGER, 2005, p. 190 *apud* CAMPOS, 2006, p. 26).

É possível constatar que a influência da mídia não se limita apenas no que se diz a respeito da audiência, mas transborda quando pensamos no seu papel dentro de uma estrutura social, de poder político, econômico e cultural, sendo uma importante ferramenta de manipulação de massas e formação de consenso, o que é um elemento fundamental na manutenção da ordem. Já que os acessos às mídias são restritos a grupos com poder tanto econômico quanto político, grupos desprivilegiados acabam por ficar silenciados. “O poder da mídia é simbólico e persuasivo, no sentido de que ela tem a capacidade de controlar, de certa forma, as mentes de seus interlocutores, através da disseminação de representações sociais específicas.” (CAMPOS, 2006).



#### 4. PLANO DISCURSIVO DAS NARRATIVAS: ANALISANDO TRECHOS DAS REPORTAGENS DA LUTA DOS ESTUDANTES

Como dito anteriormente, serão feitas análises, buscando entender como os grupos sociais envolvidos no movimento estudantil são representados pela narrativa midiática da revista *Veja*, e como isso contribui para a criação da imagem desses grupos no imaginário dos leitores. Para tanto, utilizaremos as categorias de representação dos atores sociais, propostas por Theo Van Leeuwen (1996).

A recém-lançada revista *Veja* já dava em sua quinta edição, publicada em 9 de outubro de 1968, grande importância ao movimento estudantil, que estava no ápice de sua efervescência, dedicando a este movimento sua matéria de capa, a primeira de muitas. A reportagem com oito páginas, contou com diversos depoimentos e imagens exclusivas

retratando o embate entre os estudantes da USP e do Mackenzie, já mostrando a superioridade do segundo grupo de jovens em relação ao primeiro, o que será retratado a seguir.

No dia 3 por volta da quase às 9 horas da manhã, um grupo de rapazes saiu pelo portão de ferro do Mackenzie, correu até a entrada da faculdade de filosofia e arrancou uma faixa suspensa entre duas colunas. Dizia a faixa: CCC, FAC e MAC= Repressão. E mais Abaixo: Filosofia e Mackenzie contra a Ditadura. Os dizerem insinuavam a união das duas escolas contra a “ditadura” e as organizações de extrema direita. Ao arrancá-la os mackenzistas repudiavam a pretendida unidade. Formaram-se grupos dos dois lados: dentro do Mackenzie onde estudavam membros do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), Frente Anticomunista (FAC) e Movimento Anticomunista (MAC); dentro da Faculdade de Filosofia da USP, onde fica a sede da ex União Estadual dos Estudantes.

As duas frentes agrediram-se entre discursos inflamados e pausas esparsas. Na rua, os estudantes da USP apuraram os do Mackenzie; “Nazistas, gorilas”. E os mackenzistas revidaram: “Guerrilheiros fajutos.

Os Uspianos lutavam com pedras. ... os universitários da USP, com saquinhos de papel na mão, pediam dinheiro para comprar material de guerra.

Nessa escola, alguém ensinava como preparar bombas Molotov (segundo alguns alunos, foram atirados mais de mil contra os estudantes e o prédio da USP). Nos rojões de vara eram adaptados vidros com gás lacrimogêneo, que iam rebentar no interior das salas da USP. Ácidos de cheiro muito forte e enjoativo eram lançados da mesma maneira. Foram instalados fios elétricos nos portões de ferro e grades no Mackenzie. Quem tocasse seria eletrocutado.

Duzentos e quarenta soldados da Força Pública, cem cavalarianos, dois tanques e cinquenta cães amestrados começaram a chegar na Rua Maria Antonieta e vizinhança. O Mackenzie foi ocupado sem problemas, mas alguns estudantes ainda atiraram bombas molotov contra o velho prédio da USP e pedras caíam sobre os jornalistas que tentavam se aproximar.

Um repórter da “Tribuna da Imprensa” do Rio de Janeiro foi ferido na cabeça. A Faculdade de Filosofia também foi ocupada. Nela estavam apenas alguns professores e alunos, fechados numa sala para redigir um manifesto sobre os acontecimentos. Os mackenzistas cantavam o Hino Nacional e davam vivas. A reitora Esther Figueiredo Ferraz apertou a mão de alguns funcionários e estudantes. E os estudantes gritaram: “Vamos tomar uns chopes para comemorar a vitória”. E foram beber. O prédio da Maria Antônia não tem condições de funcionar até o final do ano.

Como se pode depreender dos enunciados acima, no plano textual, a Revista Veja aborda duas imagens dos manifestantes: destacando os uspianos e os mackenzistas. Com isso é possível perceber que os grupos sociais são identificados e agrupados pelas suas ideias e atitudes como percebe-se no trecho **“Formaram-se grupos dos dois lados: dentro do Mackenzie onde estudavam membros do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), Frente Anticomunista (FAC) e Movimento Anticomunista (MAC); dentro da Faculdade de Filosofia da USP, onde fica a sede da ex-União Estadual dos Estudantes”** recurso denominado por Theo Van Leeuwen (1996) “generalização e especificação”, o problema de se generalizar quando falamos de um grupo é que muitas vezes as ações ou pensamentos de alguns integrantes são entendidas como gerais, o que nem sempre representa a realidade dos adjuntos.

Não é possível afirmar que todos os mackenzistas estavam associados aos grupos de caça aos comunistas assim como não podemos assegurar que todos os uspianos eram contra o vigente governo, porém a forma como é colocada pela revista nos trechos a seguir: **“Dizia a faixa: CCC, FAC e MAC= Repressão. E mais abaixo: Filosofia e Mackenzie contra a Ditadura”**. **“Dentro do Mackenzie onde estudavam membros do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), Frente Anticomunista (FAC) e Movimento Anticomunista (MAC)”**. **“.. dentro da Faculdade de Filosofia da USP, onde fica a sede da ex União Estadual dos Estudantes.”** leva a uma interpretação errônea e generalizada por parte dos leitores, já que estes associam os estudantes de cada Universidade com uma posição política que nem sempre reflete a realidade e o posicionamento individual dos estudantes.

Essa abordagem por parte da revista Veja, associa uspianos ao movimento

comunista, como por exemplo a passagem onde a revista se refere às sentenças da faixa pendurada pelos uspianos: **“Os dizerem insinuavam a união das duas escolas contra a “ditadura” e as organizações de extrema direita”**, colabora para a construção de imagem do movimento estudantil, onde os integrantes do movimento são subversivos ao governo. Segundo Valle e Coelho (2008) a revista Veja ao fazer essa abordagem mostra um distanciamento por parte dos estudantes das questões educacionais, já que sob a ótica da revista a luta dos estudantes se torna mais política, ligada a busca pela democracia, do que preocupada com os rumos que a educação tomava.

Como se sabe a mídia tem papel crucial na construção do consenso por meio de suas publicações, contribuindo e delegando poder daqueles agentes que são de seu interesse, ideia defendida por Zilda Barbosa (2018). Assim, ao generalizar na construção da imagem do posicionamento político dos estudantes os dividindo em dois grupos distintos, a revista constrói no imaginário do leitor uma visão segmentada de cada grupo.

Outro recurso muito utilizado é a “alocação de papéis”, já que fica explícita a postura ativa dos mackenzistas com diversos recursos para lutar contra os uspianos **“Nessa escola, alguém ensinava como preparar bombas Molotov (segundo alguns alunos, foram atirados mais de mil contra os estudantes e o prédio da USP)”**, “Foram instalados fios elétricos nos portões de ferro e grades no Mackenzie. Quem tocasse seria eletrocutado.” além disso os mackenzistas contavam com o apoio do vigente sistema “Duzentos e quarenta soldados da

Força Pública, cem cavalarianos, dois tanques e cinquenta cães amestrados começaram a chegar na Rua Maria Antonieta e vizinhança. “O Mackenzie foi ocupado sem problemas”. A revista deixa claro a inferioridade dos recursos dos uspianos “uspianos lutavam com pedras”, “... os universitários da USP, com saquinhos de papel na mão, pediam dinheiro”, e a sua derrota para o grupo rival, “Os mackenzistas cantavam o Hino Nacional e davam vivas. A reitora Esther Figueiredo Ferraz apertou a mão de alguns funcionários e estudantes. E os estudantes gritaram: “Vamos tomar uns chopes para comemorar a vitória”. E foram beber.” A derrota está marcada pela destruição do prédio e a transferência dos alunos para outra sede da USP, “O prédio da Maria Antônia não tem condições de funcionar até o final do ano”.

Assim a revista Veja explicita a desarmonia e fraqueza dos integrantes da ex-UNE e a superioridade dos mackenzistas, que acabam vencendo a “Batalha dos estudantes”.

Fairclough (2003) destaca que determinados atores sociais, numa perspectiva do texto, podem ter sua agência apagada ou destacada em vista da forma como são apresentados e representados no enunciado. Os destaques e expressões que são dados nas reportagens podem explicitar juízo de valor positivo ou negativo, tendo como base os posicionamentos políticos e ideológicos do sujeito que escreve os enunciados.

Portanto, percebe-se a forma como a revista destaca a passividade dos uspianos como um grupo com poucos recursos e quase nenhum apoio, **“uspianos lutavam com pedras”**, **“... os universitários da USP, com saquinhos de papel na mão, pediam dinheiro”**, que difere da condição dos mackenzistas como um grupo com mais recursos e condições de lutar. **“Nessa escola, alguém ensina como preparar bombas Molotov (segundo alguns alunos, foram atirados mais de mil contra os estudantes e o prédio da USP..”** A alocação dos atores sociais no texto molda o entendimento do leitor, e nota-se o “apagamento” dos uspianos em relação aos mackenzistas, mostrando qual a dinâmica das relações de poder.

Os autores Valle e Coelho (2008, p. 12) afirmam que a Veja não enfatiza apenas as violências cometida pelo sistema repressor mas critica as violências praticadas pelos estudantes, ligados a UNE, denunciando a atitude das lideranças estudantis que muitas vezes se utilizavam da brutalidade nos protestos e manifestações que deveriam ser pacíficas, ao mesmo tempo a falta de recursos era sempre lembrada, o que tira parte da credibilidade do estudantes.

Valle e Coelho (2008) discorrem sobre o posicionamento da revista Veja, apesar de se dizer neutra já que seu intuito é mostrar com fidelidade os fatos ocorridos sem grandes posicionamentos isso não acontece, principalmente levando em conta que estamos tratando de reportagens e não artigos de opinião. Para os autores o posicionamento da revista, que aparece de forma implícita pode ser percebido nas sutilezas do texto, com críticas veladas que são feitas acerca da atuação dos estudantes, e a forma como a ex-UNE se organizava.

Publicada no dia 16 de outubro de 1968, a sexta edição da Revista Veja teve uma de suas matérias mais emblemáticas do período do regime militar. A fotografia

colocada na capa da revista foi metafórica, simbolizando e expressando um dos períodos de maior repressão da ditadura militar. A imagem dos estudantes sendo levados todos amontoados em um camburão cercados pela polícia, com a seguinte chamada em letras garrafais “**TODOS PRESOS**”, não teve apenas repercussão nacional, mas internacional também.

TODOS PRESOS, assim acabou o congresso da ex-UNE.

A eleição da nova direção da União Nacional dos Estudantes seria fundamental para decidir o futuro do movimento estudantil que está se desestruturando.

A UNE está sem qualquer organização real e isso já vinha de antes dos tempos do Travassos. Ela não é respeitada em diversos estados importantes. Acreditamos que o José Dirceu possa lhe dar a mesma organização que promoveu a UEE de São Paulo, onde esmagou a corrente travassista.

Os estudantes são realmente uma minoria privilegiada dentro dos 45,68% da população brasileira entre 5 e 24 anos (segundo o censo de 1960). Menos de 2% da nossa população entre 19 e 25 anos está na Universidade contra índices como este: 16% da juventude francesa e 46% da juventude americana.

São uma minoria privilegiada e a educação no Brasil é um desafio. E o desafio começa no ensino primário, onde 60% a 80% dos matriculados no primeiro ano são reprovados ou abandonam os estudos.

Figura 2: Capa da revista Veja



Fonte: [http://www.vladimirpalmeira.com.br/ano1968\\_6.html](http://www.vladimirpalmeira.com.br/ano1968_6.html)

Como se percebe nos enunciados anteriores, na narrativa da revista Veja, é abordado a desorganização do movimento no congresso de Ibiúna e seu fim frustrado com a prisão dos estudantes, no trecho **“A UNE está sem qualquer organização real e isso já vinha de antes dos tempos do Travassos.”**

A emblemática capa, **“TODOS PRESOS, assim acabou o congresso da ex-UNE”**, deu visibilidade ao movimento estudantil que lutava pela educação e democracia. Mostra claramente o tratamento dos mesmos como “criminosos”, sendo estes levados pela polícia com voz de prisão em um camburão, todos amontoados, de forma degradante. A imagem ressalta o fim frustrado do congresso de Ibiúna, e a derrota dos estudantes.

Apesar de deixar claro a desordem dentro da UNE, com falhas na comunicação interna e no processo de determinação de objetivos, a reportagem exclui o porquê da desorganização, que, segundo a Veja, era gerada pela falta de recursos, a perseguição dos participantes principalmente dos líderes do movimento que havia sido colocado na ilegalidade com a instauração da Lei Suplicy, o que dificultava as ações do movimento. Esse processo é denominado por Van Leeuwen (1996) de “exclusão”.

A exclusão de fatos e personagens acaba interferindo no entendimento dos leitores acerca dos assuntos tratados, já que estes compreendem e formam suas opiniões de acordo com as informações que possuem, logo a omissão de informações afeta a visão que os leitores têm sobre o acontecido, interpretando o movimento com pouca credibilidade, já que não foi levado em conta o cenário de perseguição que o movimento enfrentava.

O processo de exclusão das perseguições que o movimento estudantil sofreu, está ligado ao fato de os agentes serem “elementos de articulação” da mídia, visto que os meios de comunicação trabalham como uma rede de poder, articulando os sujeitos de seus editoriais de maneira a decidir o que será ou não de conhecimento das massas, segundo Foucault (1980). O que acaba por interferir no entendimento completo do ocorrido por parte dos leitores.

A revista Veja, como a maioria dos meios de comunicação, desfrutam de seu poder-influência, já que tem a capacidade de moldar e modificar convicções, visões de mundo e ideias, para que assim haja mais consonância social, segundo Bajoit (2006).

Mesmo tendo um discurso ousado e bem elaborado que tenta acompanhar

todas as esferas da sociedade. Trabalhando com informação rápida e objetiva sobre: ciência, tecnologia, arte, mundo, negócios, educação, esporte, religião e os novos rumos, “ não ficando nada de fora, a vida do país e do mundo passa pelos olhos da *Veja*”, como coloca BUITONI (2006). A revista *Veja* trabalha e escreve seguindo as linhas do “senso comum” da maioria da população do ano de 1968, que considerava **“Os estudantes são realmente uma minoria privilegiada dentro dos 45,68% da população brasileira entre 5 e 24 anos”** o que não quebra a expectativa do leitor, já que não há uma glorificação do movimento estudantil, presente no trecho : **“A UNE está sem qualquer organização real e isso já vinha de antes dos tempos do Travassos.”** Processo esse explorado por Bajoit (2006), na qual o autor chega a conclusão que além do poder-influência que os meios de comunicação possuem, esses tendem a seguir as estruturas e pensamentos já antes estabelecidos, a fim de não quebrar com as expectativas dos leitores.

Pode-se dizer que o poder e a ideologia estão presentes em todas as atividades discursivas, como percebe-se no caso acima onde o elemento de articulação de omitir fatos importantes, cria no imaginário do leitor o entendimento de que o movimento estudantil é desorganizado e falho **“A UNE está sem qualquer organização real e isso já vinha de antes dos tempos do Travassos.”**, o que gera nos leitores a sensação de um movimento organizado por uma **“minoria privilegiada”**, que se preocupa apenas com os seus interesses pessoais.

Quando observamos os atores sociais estes, são reconhecidos em termo de suas atividades, ou seja, em termo de algo que executam ou posição que ocupam na sociedade, processo denominado por Theo Van Leeuwen (1996) de “funcionalização e identificação”.

Todos os participantes do congresso de Ibiúna são identificados como estudantes universitários, uma classe privilegiada que tem acesso a educação e recursos. **“ Os estudantes são realmente uma minoria privilegiada dentro dos 45,68% da população brasileira entre 5 e**

**24 anos (segundo o censo de 1960)”**. Assim a revista deixa claro a posição de privilégio dos universitários brasileiros em relação a parte da população que não tem acesso à educação e menos ainda ao ensino superior. **“São uma minoria privilegiada e a educação no Brasil é um desafio”**.

Na reportagem os atores sociais são identificados não só em relação a atividade que executam que no caso é de “estudante” e “universitários” mas principalmente pela posição que ocupam na sociedade uma **“minoria privilegiada”**,

**“menos de 2% da nossa população entre 19 e 25”**. Deixando explícito aos leitores que essa não é uma luta de massas mas sim uma luta de um grupo pequeno.

Wodak (2001, p. 2) coloca que a dimensão crítica tem uma clara preocupação com o exercício de poder nas relações sociais, o que inclui as relações de raça, etnia, gênero e classe social. Ficando claro que a maneira como os atores sociais são alocados no texto em relação a sua classe social, influencia na interpretação dos leitores.

A revista Veja ao alocar os participantes do movimento como **“minoria privilegiada”**, **“menos de 2% da nossa população entre 19 e 25”** os coloca em uma situação de superioridade em relação a grande massa que não teve acesso ao ensino superior, processo esse que distancia o leitor dessa **“minoria privilegiada” de “estudante” e “universitários”**, visto que na maioria dos casos os telespectadores não se identificam, e não se sentem representados pelo grupo e pelas causas que esses defendem.

Na sétima edição da recém lançada revista Veja, o destino dos estudantes presos no congresso de Ibiúna foi o assunto exposto na reportagem de nome “Ainda um grito”, que destaca em sua manchete, o desespero das mães que queriam a libertação de seus filhos, e a persistência do movimento que não se abateu com a prisão de 712 integrantes do movimento, continuando a luta com o grito “A UNE somos nós”.

Às 7 horas, duzentos soldados da Força Pública e duzentos agentes do DOPS se anunciaram com tiros de metralhadora para o ar. Os estudantes estavam presos, sem resistência.

Na quinta-feira, os presos de São Paulo foram libertados, e congressistas de outros Estados foram devolvidos às suas capitais. Pais e mães choraram ao abraçar os filhos que saíam das grades.

No presídio do Carandiru a banda de presos comuns tocou “Cidade Maravilhosa”, enquanto os estudantes iam embora. Depois, os presidiários foram catar as pontas de cigarro jogada no chão pelos estudantes.

No mesmo dia, em Brasília, cerca de quatrocentos estudantes saíram em rápida e pacífica passeata pela avenida W-3. Em Salvador houve tiros, pedradas, viaturas tombadas na Praça Castro Alves e feridos...

Em Vitória saiu uma passeata e dois jornalistas foram presos. No Recife, a polícia prendeu oito estudantes que se manifestaram de forma pacífica.

Passando à reportagem intitulada “Ainda há um grito”, na qual é abordada a prisão dos estudantes no Congresso de Ibiúna e o desespero das mães para que



seus filhos fossem libertos é possível perceber em toda matéria uma posição ativa da polícia e passiva dos estudantes e manifestantes que eram considerados subversivos pelo sistema e tratados com extrema violência pelos agentes policiais.

Foucault (1980) aborda como o poder é organizado como uma rede, na qual os sujeitos são “alvos que consentem” e podem ser ao mesmo tempo, “elementos de sua articulação”. O filósofo mostra que essas manifestações de poder aparecem nas escolas, prisões e hospitais. A revista mostra na seguinte passagem a forma violenta que a força pública lidava com estudantes, que ficavam em desvantagem, visto a superioridade dos soldados. **“Às 7 horas, duzentos soldados da Força Pública e duzentos agentes do DOPS se anunciaram com tiros de metralhadora para o ar. Os estudantes estavam presos, sem resistência”**, mostrando claramente que a força pública era superior e pretendia “assustar” os estudantes, construindo uma imagem de soberania da força pública, e a submissão e a rendição dos estudantes.

Quando observamos a dimensão da prática linguística segundo Fairclough (2001), as escolhas, padrões no vocabulário, a gramática, coesão e estrutura textual, além dos processos como: neologismos, lexicalização entre outros. São trabalhados no texto a fim de gerar uma interpretação específica, sendo esta referente ao tipo de consonância social que o meio de comunicação pretende gerar. O que explica a escolha de determinados verbos e termos pela reportagem que ressaltam a relação de poder entre estudantes e policiais.

O terror que a força pública impunha, fica explícito no desespero dos pais, que temiam pela vida de seus filhos. **“Pais e mães choraram ao abraçar os filhos que saíam das grades.”** Thompson (1984), coloca que determinados usos da linguagem e de outras “formas simbólicas” são ideológicos. Logo servem em situações específicas para estabelecer ou manter as relações de poder. O desespero dos pais, que é ressaltado pela revista Veja, destaca mais ainda o triunfo da força pública, frente aos estudantes que foram amparados pelos pais, como pode-se observar aqui: **“Os estudantes estavam presos, sem resistência.” “Pais e mães choraram ao abraçar os filhos que saíam das grades”** contribuindo para uma visão de incompetência e infantilidade dos mesmos.

A marca de depredação deixada pelos estudantes, **“Depois, os presidiários foram catar as pontas de cigarro jogada no chão pelos estudantes.”** contribui para a formação de

uma imagem negativa dos estudantes, já que essa atitude mostra mais uma

vez, uma postura imatura e despreocupada dos mesmos em se mostrarem responsáveis e maduros. Passando para os leitores uma imagem que depõe contra os estudantes. Reforçando a força do estado, já citada anteriormente e clara nos trechos: **“Às 7 horas, duzentos soldados da Força Pública e duzentos agentes do DOPS se anunciaram com tiros de metralhadora para o ar. Os estudantes estavam presos, sem resistência”, “No Recife, a polícia prendeu oito estudantes que se manifestaram de forma pacífica...”**

Além disso, a reportagem trata da forma violenta e a repressão que manifestantes pacíficos sofriam **“No mesmo dia, em Brasília, cerca de quatrocentos estudantes saíram em rápida e pacífica passeata pela avenida W3. Em Salvador houve tiros, pedradas, viaturas tombadas na Praça Castro Alves e feridos.... ”Em Vitória saiu uma passeata e dois jornalistas foram presos. No Recife, a polícia prendeu oito estudantes que se manifestaram de forma pacífica...”**. Passagens que explicitam a força e violência que a força pública gozava, reforçando a relação de poder e superioridade em relação aos estudantes.

Para Valle e Coelho (2008) o posicionamento da revista, que aparece de forma implícita, mas pode ser percebido nas sutilezas do texto, com críticas veladas que são feitas acerca da atuação dos estudantes, e a forma como a ex-UNE é mostrada ressaltando sempre a autoridade e força que o governo possuía naquela época. Processo que como visto anteriormente é feito pelo uso de imagens, depoimentos e até mesmo na escolha dos verbos e expressões utilizadas.

Assim é claro perceber o processo de construção por parte da revista Veja de um movimento estudantil insuficiente e incapaz de reagir em relação às forças públicas. Na argumentação da revista a hegemonia do governo na relação de poder entre estudantes ligados à ex- UNE e a força pública, baseado nos estudos de Thompson (1984). O editorial além de estabelecer a supremacia das forças de governo, ressalta a imaturidade do movimento estudantil, o que é notável pela presença e preocupação dos pais e a displicência dos jovens ao jogar bitucas de cigarro no chão.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como observado no presente trabalho, a mídia por meio da prática linguística, expõe uma visão própria da realidade, trabalhando assim as ideologias e as relações de poder. Apesar de os aparatos midiáticos dizerem que tem o compromisso com a realidade e buscarem sempre a credibilidade sendo esse o maior patrimônio de jornalistas e meios de comunicação (BUCCI, 2000), é sabido que pensar em uma mídia neutra se trata de uma ideia utópica, já que é clara a construção dos fatos com base na impressão dos sujeitos.

Assim, este trabalho por meio da utilização de estudos sobre o papel e representação dos atores sociais, tem a finalidade de analisar qual a relevância que os personagens assumem no arranjo narrativo dos eventos. Por meio das categorias de Theo Van Leeuwen (1996), juntamente com as narrativas da revista *Veja*, analisamos como é construída a imagem dos grupos sociais em conflito e as relações de poder expostas pela revista.

Com base nos textos que permitem a formação e compreensão dos discursos e a abordagem crítica, definida no estudo da Análise do Discurso Crítica (ADC), podemos verificar como a mídia exerce um papel importante com relação à seleção do que contar e como organizar as informações, de acordo com os interesses dos grupos sociais envolvidos.

Por fim, concluímos que a revista *Veja*, com base em seus ideais e a forma como interpreta a realidade, constrói a imagem de um movimento estudantil débil e insuficiente frente às forças públicas, que representam o governo da época. A supremacia do sistema político da época fica clara em diversas passagens da revista, assim como as dificuldades que o movimento enfrentava, tendo em vista que a UNE havia sido colocada na ilegalidade, e sofria com a falta de recursos para lutar, premissas que não são ressaltadas pela revista.

Em contrapartida, as falhas e incapacidade de lidar com os problemas do movimento estudantil são ressaltadas pelo editorial, assim como os momentos que os estudantes se utilizaram da violência, passagens essas que não acompanham a justificativa do porquê de determinadas ações.

Desse modo, apesar do audacioso e moderno projeto que a revista propõe, sua argumentação segue uma compreensão de mundo arcaica que não destoaria do pensamento dos grupos dominantes da época.

## 6. REFERÊNCIAS

BAJOIT, Guy. **Tudo muda: proposta teórica e análise da mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas**. Ijuí: Ed. Ijuí, 2006.

BARBOSA, Zilda Martins. **ESVAZIAMENTO DO SUJEITO PELO DISCURSO: mídia e a prática do esquecimento**. *Revista Observatório*, v. 4, n. 5, p. 434-460, 2018.

BATISTA JR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de. **Análise do discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

BLOMMAERT, Jan; BULCAEN, Chris. **Critical discourse analysis. Annual review of Anthropology**, v. 29, n. 1, p. 447-466, 2000.

BUCCI, Eugenio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Índice ou catálogo: o deslizamento imagético das fotos da revista Veja**. *LÍBERO*, n. 18, p. 41-48, 2016.

CAMPOS, Carla Leila Oliveira; DE MELO, Bianca Rabelo; SAMPAIO, Júlia Virgínia. **Narrando a história atual: a construção da imagem dos grupos sociais em conflito nas manifestações de junho de 2013 no Brasil**. *Calidoscópio*, v. 14, n. 3, p. 519-530, 2016

CAMPOS, Carla Leila Oliveira. **Mídia, Discurso e Referenciação: a construção do objeto discursivo da guerra no Iraque**. 2006. Tese de Doutorado. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2006.

CARMO, Estevão Eduardo Cavalcante. Resenha do BATISTA JR, JR; MELO, IF; SATO, DT (eds.) 2018. **Análise de Discurso Crítica: para linguistas e não linguistas**: 222 pp. São Paulo. Editora Parábola ISBN: 978-85-7934-147-2. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, v. 20, n. 1, p. 153-156, 2020.

CAVALARI, R. M. F. **Os limites do movimento estudantil: 1964-1980**. (Dissertação de Mestrado). Campinas: UNICAMP/FE, 1987.

COELHO, Cláudio Novaes Pinto; VALLE, Maria Ribeiro do. **A Revista Veja e o Movimento Estudantil em 1968: entre o engajamento e o entretenimento**. *Clio*, 2008.

COSTA, Cristiane. **Pena de aluguel: escritores jornalistas no Brasil 1904-2004**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **A Campanha das Diretas Já: narrativas e memórias**. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, v. 24, 2007.

FAIRCLOUGH, N. *Critical Discourse Analysis*. London: Longman, 1995.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse: Textual analysis for social research**. London: Psychology Press, 2003.

FERREIRA, José Maria Carvalho. Anarquia e maio de 1968 na França. **verve. revista semestral autogestionária do Nu-Sol.**, n. 33, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Power/knowledge: Selected interviews and other writings, 1972-1977**, London: Vintage, 1980.

GUIMARÃES, Cléber Pacheco. **Análise crítica do discurso: reflexões sobre contexto em Van Dijk e Fairclough**. Eutomia, v. 1, n. 09, 2012.

MENDES JÚNIOR, Antonio. **Movimento estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOTA, Carlos Guilherme. **A ideologia da cultura brasileira**. São Paulo: Ática, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

MORAES FREIRE, Silene. **Movimento estudantil no Brasil: lutas passadas, desafios presentes**. *Revista Historia de la Educación Latinoamericana*, n. 11, p. 131-146, 2008.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Cultura urbana no Rio de Janeiro**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Rio de Janeiro: uma cidade na história*, Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SANTANA, Flávia de Angelis. **Atuação do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2007.

STEINBERGER, Margarethe Born. **Discursos Geopolíticos da Mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina**. São Paulo: EDUC; Fapesp: Cortez, 2005.

THOMPSON, John B. **Studies in the Theory of Ideology**. California : Univ of California Press, 1984.

VAN DIJK, Teun A. **Ideological discourse analysis**. *New Courant (English Dept.)*. Helsinki, v. 4, p. 135-161, 1995a.

VAN LEEUWEN, Theo et al. **The representation of social actors. Texts and practices: Readings in critical discourse analysis.** London: Routledge, 1996. p. 32-70

VENTURA, Zuenir. **Minhas histórias dos outros.** São Paulo: Planeta, 2005.

VENTURA, Zuenir. **1968: O ano que não terminou.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VILLALTA, Daniella. **O surgimento da revista Veja no contexto da modernização brasileira.** *Veja*, v. 23, p. 5, 1980.

WODAK, Ruth. **What CDA is about—a summary of its history, important concepts and its developments.** *Methods of critical discourse analysis.* London: Sage, 2001. p. 1-13.